

Comemorar Compromissos, preparar a ação: A Presidente da CGE Camilla Croso reflete sobre a Cimeira de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e os próximos passos para os ativistas de educação

A Cimeira de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas representa um momento histórico, em que 193 Estados-Membros adoptaram o Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a 25 de setembro de 2015. A agenda apresenta em conjunto perspectivas para a sustentabilidade social, económica e ambiental, "para acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; para combater as desigualdades dentro e entre os países; para construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; para proteger os direitos humanos e promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres e raparigas; e para assegurar a proteção duradoura do planeta e dos seus recursos naturais".

Tendo passado por um processo extensivo e intensivo de consulta e negociação, liderado pelos Estados Membros mas com o envolvimento de um amplo espectro de partes interessadas, a agenda adoptada é uma realização do multilateralismo e do diálogo entre os atores e os sectores, no qual a sociedade civil participou ativamente e desempenhou um papel central. A agenda abrange um conjunto de 17 objetivos e 169 metas, sendo ambiciosa em amplitude e profundidade. O seu conteúdo e processo de negociação deixa claro que os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis e que o diálogo e ação intersectoriais que marcaram a adopção da Agenda devem continuar à medida que avançamos, a todos os níveis.

A participação, sem precedentes, da sociedade civil e outras partes interessadas durante todo o processo refletiu-se na própria Cimeira. É nossa expectativa e esperança coletiva que esta política cultural se mantenha e seja melhorada, garantindo uma participação mais ampla, diversificada e representativa em relação aos mecanismos de prestação de contas e de monitorização que serão instituídos para a implementação da Agenda a níveis internacional, regional e nacional.

A comunidade educativa tem muito para comemorar. Quando as conversações sobre o pós-2015 começaram, há três anos, estava longe de ser certo que a educação seria um objetivo independente, e mesmo quando começámos a acreditar que o seria, nunca podemos assumi-lo como garantido. Além disso, os contributos iniciais em relação à educação dentro da agenda foram muito restritivos, centrando-se num conjunto de metas propostas tipo "ler-escrever-contar", que seriam no máximo quatro. Como a história nos mostra, alcançámos muito mais do que isto. Embora haja sempre espaço para melhorar, o Objetivo 4, com o seu conjunto de sete metas e 3 meios de implementação, reflete uma perspectiva ampla de educação, ancorada

numa visão de direitos humanos. Além disso, a comunidade educativa deve adoptar, a 4 de novembro de 2015, uma Quadro de Ação Educação 2030 que enuncia os princípios sobre os quais o Objetivo 4 se apoia, expande a sua narrativa e a das suas metas, e estabelece possíveis estratégias para ajudar a garantir a sua aplicação. Acrescenta também uma seção sobre o financiamento da educação, um aspecto crucial que foi negligenciado pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Durante a Cimeira o direito à educação foi referido inúmeras vezes nas intervenções dos Estados-Membros, mostrando que há um crescente reconhecimento de que seja não só um direito humano em si, mas também um direito capacitador, promotor de todos os outros. A Educação está presente em várias outras metas em toda a Agenda, da mesma forma que o Objetivo 4 utiliza elementos-chave que são desenvolvidos noutros sítios. Sabemos e devemos ter sempre em mente que, por exemplo, a superação das pobreza e desigualdades, a promoção da saúde e bem-estar, da igualdade de género, da paz e justiça, de trabalho decente e da sustentabilidade ambiental estão todos interligados com o respeito, proteção e realização do direito à educação.

Um aspecto importante da Agenda adoptada é ser universal. Por outras palavras, e como foi várias vezes salientado durante a Cimeira, o mundo deve ir para além da geopolítica e de um conjunto específico de relações de poder que dividem o mundo em "norte" e "sul". É cada vez mais reconhecido que esta é uma percepção anacrónica que tem que ser formalmente superada. Todas as nações, independentemente da sua localização geográfica e independentemente de que nação, sofrem de discriminações estruturais, desigualdades e injustiças que é preciso resolver a fim de garantir uma vida digna para os povos.

Ao longo dos últimos três anos, os membros da CGE, trabalhando com organizações parceiras e apoiantes em toda a sociedade civil, trabalharam incansavelmente a nível nacional, regional e global para defender esta visão ampla da educação. Nesta fase do processo devemos justamente celebrar as conquistas do movimento e, ao mesmo tempo, preparar-nos para o que vem pela frente.

O grande desafio agora é, naturalmente, a implementação dos Objectivos que, é preciso lembrar, refletem um corpo de tratados e obrigações sobre Direitos Humanos, juridicamente vinculativos, que os Estados-Membros subscreveram. Enquanto uma implementação concreta terá lugar a nível nacional, deve ser assegurada uma ação coerente e sustentada a todos os níveis. A propriedade sobre os Objectivos deve ser garantida, assim como a informação e a participação dos cidadãos e povos, especialmente os mais marginalizados, na tomada de decisão política. Na mesma linha, devem existir planos, recursos financeiros e mecanismos de responsabilização para garantir a realização progressiva dos compromissos assumidos, e para abordar de forma adequada e em tempo oportuno qualquer dificuldade que surja.

Mas, talvez mais importante, devemos abordar de forma consistente as causas profundas das injustiças, desigualdades, discriminação e conflitos, lidando com as relações históricas de poder

e interesses instituídos que contradizem a realização dos direitos humanos. A acumulação e concentração de poder e lucro, por exemplo, apoiam em grande medida a manutenção do *status quo* que muitos trabalham para mudar.

Como salientou o Secretário-Geral da Amnistia Internacional, SalilShetty, na sua intervenção durante a cerimónia de abertura, a coerência e a abordagem da mudança estrutural será fundamental para a implementação: "Não podemos reivindicar que apoiamos o desenvolvimento sustentável se estivermos relutantes em reduzir o consumo dos ricos ou a transferir tecnologia. Não podemos pregar a favor dos direitos humanos e ao mesmo tempo a fazer de vigilância generalizada. Não podemos defender a paz e sermos os maiores fabricantes mundiais de armas. Não podemos permitir que as nossas empresas façam evasão fiscal e financeira, enquanto protestamos contra a corrupção. Não podemos adoptar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao mesmo tempo atacar e prender manifestantes e dissidentes pacíficos."

Deixamos a Cimeira com um sentimento de realização e, ao mesmo tempo, cientes dos enormes desafios que se avizinham. Vamos precisar de pensar, dialogar e agir a nível colectivo e intersectorial de forma sustentada para levar a cabo as mudanças necessárias para uma vida melhor, onde a ética do cuidado para com o outro e cuidado do nosso planeta prevalece.